

12 NOV 1992

POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

Consenso da sociedade fortalece expectativa de maior ajuste em 93

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A verdadeira face da política econômica do governo Itamar Franco só deverá ser conhecida em fevereiro. Várias circunstâncias indicam que, nessa época, o governo perderá o caráter de interinidade e até mesmo será pressionado para tomar atitudes mais duradouras. Será, então, o momento de definição entre uma política econômica populista ou de verdadeiro ajuste, prevê o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados.

Em fevereiro, deverá estar concluído o "impeachment" de Collor de Mello, levando Itamar a deixar de ser um presidente interino e até mesmo a realizar mudanças no ministério. Nesse mesmo momento, está praticamente esgotado o "estoque de boa vontade" que a sociedade tinha para com o novo presidente — acabando o "efeito lua-de-mel" —, passando a cobrar resultados.



José Roberto
Mendonça de Barros

Duas circunstâncias desfavoráveis pressionarão por medidas concretas: a inflação alta e o nível de atividades baixo, como sazonalmente acontece no início de ano, que colocarão o governo em uma situação oposta à deste final de ano.

Nesse momento, Itamar deverá optar pelo ajuste ou

adotar uma política econômica populista. Mendonça de Barros acredita que o cenário mais provável é o do aprofundamento do ajuste, argumentando que muitos pontos da agenda de modernização da economia já são consensuais na sociedade, como a abertura econômica e a política de tarifas públicas. "Se isso não fosse verdade, talvez a privatização da Acesita não tivesse ocorrido."

O aprofundamento do ajuste, para Mendonça de Barros, passa pela redução do contencioso fiscal. "Mais importante do que discutir a estrutura de impostos, é aumentar a capacidade de recolher os tributos. A reforma fiscal ampla deveria ficar para a revisão constitucional." Passa também pela continuação da desregulamentação da economia e pelo ajuste patrimonial do Estado, com a solução da dívida pública pela "inovação na política monetária" — de modo a alongar o perfil dos vencimentos —, e das dívidas es-

tadual e municipal até o avanço da privatização.

A opção pelo populismo econômico envolveria um ajuste fiscal insuficiente e a ênfase em uma política de curto prazo para estimular as atividades e o emprego. "Seria semelhante a 1989: as vendas e os lucros crescem, mas a inflação também." Heron do Carmo, coordenador adjunto do índice da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que participou, com Mendonça de Barros, de seminário sobre cenários para 1993, promovido pela Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial, ôntem, teme que acabe prevalecendo o cenário populista por causa do repique da inflação, esperado para o início do ano. "Isso não acontecerá se o governo tiver um ministro forte."

De toda forma, Mendonça de Barros não espera "um governo brilhante. Com o ajuste haverá algum crescimento e um recuo suave da inflação".